

09.793.167/0001-21 - GRANVALE CIA AGROPECUARIA DO GRANDE VALE

Demonstrações Contábeis Completas (DCC)				
<u>Data de Início</u> 01/01/2012	<u>Data de Fim</u> 31/12/2013	<u>Publicação</u> 11/07/2022	<u>Consolidada</u> Sim	<u>Origem</u> Upload
<u>Título</u> DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS ENCERRADAS EM 31/12/2013 E 31/12/2012 COMPARADAS A 2011.				
<u>Descrição</u> RELATÓRIO DA DIRETORIA, BALANÇOS PATRIMONIAIS, DRE, DMPL, DOAR, DLPA, NOTAS EXPLICATIVAS E PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE.				

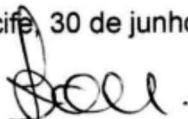
GRANVALE – CIA AGROPECUÁRIA DO GRANDE VALE
CNPJ/MF 09.793.167/0001-21
RECIFE – PE

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Senhores acionistas,

Cumprindo as determinações legais e estatutárias de conformidade com a Lei 6.404/76 e suas atualizações, submetemos a apreciação das demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Recife, 30 de junho de 2022



Joacir Fonseca Soares Júnior
CPF 334.975.084-20
Diretor Presidente

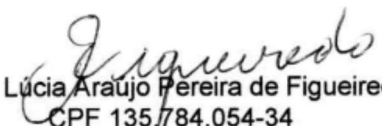
GRANVALE - CIA. AGROPECUÁRIA DO GRANDE VALE
CNPJ/MF 09.793.167/0001-21
RECIFE/PE

**BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E
 31 DE DEZEMBRO DE 2012, COMPARATIVO COM O EXERCÍCIO DE 2011 EM R\$**

ATIVO

	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
<u>ATIVO</u>			
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado Bens do Imobilizado	35.021.747,20	35.021.747,20	35.021.747,20
Depreciação acumulada	<u>(21.831.858,33)</u>	<u>(21.831.858,33)</u>	<u>(21.831.858,33)</u>
Total Imobilizado Líquido	13.189.888,87	13.189.888,87	13.189.888,87
ATIVO DIFERIDO			
Diferido Gastos c/Projeto Sudene	9.269.545,62	9.269.545,62	9.269.545,62
Amortização do diferido projeto Sudene	<u>(9.269.545,62)</u>	<u>(9.269.545,62)</u>	<u>(9.269.545,62)</u>
Total Diferido - Totalmente Amortizado	-	-	-
Total do Ativo Não Circulante	13.189.888,87	13.189.888,87	13.189.888,87
TOTAL DO ATIVO	13.189.888,87	13.189.888,87	13.189.888,87


 Joacir Fonseca Soares Júnior
 CPF 334.975.084-20
 Diretor Presidente


 Alba Lúcia Araújo Pereira de Figueiredo
 CPF 135.784.054-34
 CRC/PE 014883/O-9

GRANVALE - CIA. AGROPECUÁRIA DO GRANDE VALE
CNPJ/MF 09.793.167/0001-21
RECIFE/PE

PASSIVO

	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
PASSIVO CIRCULANTE			
Obrigações Fiscais a pagar COFINS/ICMS	122.057,90	122.057,90	122.057,90
Obrigações Sociais a pagar INSS	379.745,74	379.745,74	379.745,74
Obrigações a pagar ITR e Taxas CVM e Outras	<u>764.923,20</u>	<u>764.923,20</u>	<u>764.923,20</u>
Total do Passivo Circulante	1.266.726,84	1.266.726,84	1.266.726,84
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimo/Debêntures Lei 8.167/91			
Incentivado projeto Sudene BNB Finor Sub-			
Judice - Saldos não Atualizados	625.372,67	625.372,67	625.372,67
Empréstimos financiamentos bancários			
FNE/BNB - Saldos não Atualizados	7.267.657,17	7.267.657,17	7.267.657,17
Crédito Acionista Controlador p/ Aumento			
Capital	<u>2.816.512,21</u>	<u>2.816.512,21</u>	<u>2.816.512,21</u>
Total do Passivo Exig. Longo Prazo	10.709.542,05	10.709.542,05	10.709.542,05
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social Subscrito Nacional	41.450.814,68	41.450.814,68	41.450.814,68
Reservas de Capital	3.006,14	3.006,14	3.006,14
Prejuízos Acumulados	<u>(40.240.200,84)</u>	<u>(40.240.200,84)</u>	<u>(40.240.200,84)</u>
Total do Patrimônio Líquido	1.213.619,98	1.213.619,98	1.213.619,98
TOTAL DO PASSIVO	13.189.888,87	13.189.888,87	13.189.888,87



Joacir Fonseca Soares Júnior
 CPF 334.975.084-20
 Diretor Presidente



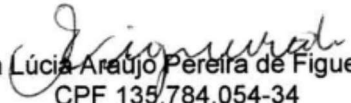
Alba Lúcia Araújo Pereira de Figueiredo
 CPF 135.784.054-34
 CRC/PE 014883/O-9

GRANVALE - CIA. AGROPECUÁRIA DO GRANDE VALE
CNPJ 09.793.167/0001-21
RECIFE-PE

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013,
 2012 E 2011 EM R\$ EMPRESA COM ATIVIDADE PARALISADA - SEM RECEITAS
 OPERACIONAIS**

	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
RECEITA OPERACIONAL			
RECEITA DE VENDAS			
Vendas da Produção	-	-	-
(-) Deduções das Vendas	=	=	=
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	-
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTOS DAS VENDAS			
Custos Mercadorias Vendidas	-	-	-
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas Administrativas	-	-	-
Despesas Financeiras	=	=	=
RESULTADO OPERACIONAL DO EXERCÍCIO	-	-	-
Depreciação do Imobilizado Desgaste Natural dos Bens e Amortização do saldo do Diferido	-	-	(132.240,31)
Empresa Descontinuada Paralisada			
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	(132.240,31)

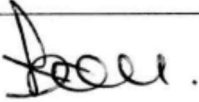

 Joacir Fonseca Soares Júnior
 CPF 334.975.084-20
 Diretor Presidente


 Alba Lúcia Araújo Pereira de Figueiredo
 CPF 135.784.054-34
 CRC/PE 014883/O-9

GRANVALE - CIA. AGROPECUÁRIA DO GRANDE VALE
CNPJ 09.793.167/0001-21
RECIFE-PE

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011.**

CONTAS PATRIMONIAIS	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO NACIONAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESULTADOS ACUMULADOS PREJUÍZOS	TOTAL EM R\$ MIL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.2011	41.450.814,68	3.006,14	(40.240.200,84)	1.213.619,98
Prejuízo do Exercício			-	-
Saldo em 31.12.2012	41.450.814,68	3.006,14	(40.240.200,84)	1.213.619,98
Prejuízo do Exercício			-	-
Saldo em 31.12.2013	41.450.814,68	3.006,14	(40.240.200,84)	1.213.619,98


Joacir Fonseca Soares Júnior
CPF 334.975.084-20
Diretor Presidente


Alba Lúcia Araújo Pereira de Figueiredo
CPF 135.784.054-34
CRC/PE 014883/O-9

GRANVALE - CIA. AGROPECUÁRIA DO GRANDE VALE
CNPJ 09.793.167/0001-21
RECIFE-PE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ADOÇÃO INICIAL DO EXERCÍCIO DE 2008 CONFORME LEI 11.638/07 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012. CPC 03 A EMPRESA APRESENTA PATRIMÔNIO LÍQUIDO INFERIOR A R\$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS). DISPENSADO A ELABORAÇÃO DE ACORDO COM A LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS 6.404/76 ARTIGO 176 PARÁGRAFO 6º DA LEI 11.638/76 DISPENSADO PUBLICAÇÃO E ELABORAÇÃO - NÃO APLICÁVEL, CONSIDERANDO AINDA QUE ENCONTRA-SE PARALISADA, NÃO APRESENTA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA.



Joacir Fonseca Soares Júnior
CPF 334.975.084-20
Diretor Presidente



Alba Lúcia Araújo Pereira de Figueiredo
CPF 135.784.054-34
CRC/PE 014883/O-9

GRANVALE – CIA AGROPECUÁRIA DO GRANDE VALE
CNPJ/MF 09.793.167/0001-21
RECIFE - PE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 COMPARATIVAS
A 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A GRANVALE – CIA AGROPECUÁRIA DO GRANDE VALE, sociedade Anônima fechada, constituída sob a forma de capital autorizado, com criação prevista na Lei 6.404/76, personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e receitas próprias, autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, tem sua sede e foro na cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco, com prazo de duração indeterminado. A sociedade tem por objetivo social, a exploração da pecuária, cria, cria e engorda de bovinos e a comercialização dos seus produtos, de acordo com o projeto de implantação aprovado pela SUDENE em 12 de janeiro de 1972, de acordo com o PARECER DAA AP 012/1972, Resolução 6.355, cujo Projeto foi concluído conforme parecer da SUDENE em 04/08/1997.

NOTA 2 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A GRANVALE – CIA AGROPECUÁRIA DO GRANDE VALE, mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo às notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão, anexadas no DIÁRIO GERAL da empresa, são a seguintes:

- 1 – Balanço Patrimonial – DP
- 2 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL
- 3 – Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados - DLPA
- 4 – Demonstração de resultados do exercício – DRE
- 5 – Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC



NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) **Imobilizado** - é registrado pelo custo de aquisição ou construção acrescido de correção monetária até 31/12/1995, deduzido da depreciação acumulada calculada de conformidade com a vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC no. 1.177/09 (NBC – TG 27). As taxas anuais de depreciação por item de acordo com a Receita Federal são as seguintes:

- 1 – Equipamentos, Máquinas e Instalações - 10%
- 2 – Móveis e Utensílios - 10%
- 3 - Veículos - 20%
- 4 – Computadores e Periféricos - 20%

IMOBILIZADO		Valores em R\$.		
Descrição	2013	2012	2011	
Terrenos propriedades rurais	3.103.355,05	3.103.355,05	3.103.355,05	
Móveis e utensílios	45.948,39	45.948,39	45.948,39	
Veículos	701.311,68	701.311,68	701.311,68	
Obras e estruturas básicas	3.952.066,07	3.952.066,07	3.952.066,07	
Comunicações	48.049,51	48.049,51	48.049,51	
Construções rurais	902.025,97	902.025,97	902.025,97	
Instalações Agropecuárias	1.757.870,75	1.757.870,75	1.757.870,75	
Máquinas, Aparelhos e Implementos agrícolas	2.213.029,12	2.213.029,12	2.213.029,12	
Culturas e Pastagens	20.125.516,92	20.125.516,92	20.125.516,92	
Adiantamento de inversões	1.969.241,92	1.969.241,92	1.969.241,92	
Almoxarifado inversões fixas	121.860,28	121.860,28	121.860,28	
Imobilizado em andamento	81.471,54	81.471,54	81.471,54	
total das contas do imobilizado	35.021.747,20	35.021.747,20	35.021.747,20	

Seguem abaixo os saldos contábeis das contas de depreciação.

DEPRECIÇÕES ACUMULADAS		Valores em R\$.		
Descrição	2013	2012	2011	
Máquinas, Aparelhos e Implementos agrícolas	2.213.029,12	2.213.029,12	2.213.029,12	
Móveis e utensílios	45.948,39	45.948,39	45.948,39	
Veículos	701.311,68	701.311,68	701.311,68	
Comunicações	48.049,51	48.049,51	48.049,51	
Obras e estruturas básicas	3.952.066,07	3.952.066,07	3.952.066,07	
Construções rurais	902.025,97	902.025,97	902.025,97	
Instalações Agropecuárias	1.757.870,75	1.757.870,75	1.757.870,75	
Culturas e Pastagens	12.008.225,02	12.008.225,02	12.008.225,02	
Almoxarifado inversões fixas	121.860,28	121.860,28	121.860,28	
Imobilizado em andamento	81.471,54	81.471,54	81.471,54	
Total das contas das depreciações	21.831.858,33	21.831.858,33	21.831.858,33	
Total do imobilizado - depreciações	13.189.888,87	13.189.888,87	13.189.888,87	

Nota: As depreciações são contabilizadas mensalmente conforme determina a legislação em vigor.



- b) **Diferido** – demonstrado ao custo de aquisição acrescido de correção monetária até 31/12/1995, referente aos gastos de implantação do Projeto SUDENE. Ajustado por amortização do Diferido a taxa de 10% ao ano. Abaixo a composição do diferido e as amortizações.

DIFERIDO	Valores em R\$.		
Descrição	2013	2012	2011
Gastos projeto SUDENE	9.269.545,62	9.269.545,62	9.269.545,62
total da conta do diferido	9.269.545,62	9.269.545,62	9.269.545,62

AMORTIZAÇÕES	Valores em R\$.		
Descrição	2013	2012	2011
Gastos projeto SUDENE	9.269.545,62	9.269.545,62	9.269.545,62
total da conta das amortizações	9.269.545,62	9.269.545,62	9.269.545,62
total do diferido – amortizações	0,00	0,00	0,00

Nota: O diferido foi totalmente amortizado

- c) **Impostos, taxas e contribuições a recolher** – são registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela empresa, sejam eles próprios ou retidos na fonte de terceiros e sobre folha de pagamento de funcionários. A seguir o demonstrativo das contas.

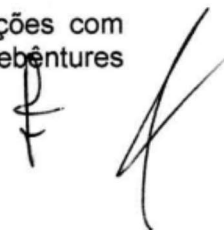
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	Valores em R\$.		
Descrição	2013	2012	2011
Cofins a recolher	9.049,64	9.049,64	9.049,64
ICMS a recolher	113.008,26	113.008,26	113.008,26
INSS S/faturamento	368.562,22	368.562,22	368.562,22
INSS folha pagamento a recolher	11.183,52	11.183,52	11.183,52
total das contas de impostos, taxas e contrib recolher	501.803,64	501.803,64	501.803,64

- d) **Outras Obrigações a Pagar** - são registrados nessa conta obrigações de serviços de advogados, CVM, ITR, etc.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	Valores em R\$.		
Descrição	2013	2012	2011
CVM	50.518,40	50.518,40	50.518,40
ITR Imposto Territorial	714.404,80	714.404,80	714.404,80
total da contas de outras obrigações a pagar	764.923,20	764.923,20	764.923,20

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

- e) **Empréstimos a Longo Prazo** - são registrados as obrigações com prazo de pagamentos superior a 365 dias, o BNB e as debêntures referentes ao Projeto SUDENE.



EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO	Valores em R\$.		
Descrição	2013	2012	2011
Banco do Nordeste do Brasil	7.267.657,17	7.267.657,17	7.267.657,17
Debêntures	625.372,67	625.372,67	625.372,67
total da contas de empréstimos a longo prazo	7.893.029,84	7.893.029,84	7.893.029,84

- f) **Adiantamento para futuro aumento de Capital** – são registrados nessa conta adiantamentos de acionistas para futuro aumento de capital.

ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO CAPITAL	Valores em R\$.		
Descrição	2013	2012	2011
CARTAGO REVENDEDORA AUTORIZADA	2.816.512,21	2.816.512,21	2.816.512,21
Total da conta de adiantamento futuro aumento de capital	2.816.512,21	2.816.512,21	2.816.512,21

Nota – O saldo do adiantamento para futuro aumento de capital da CARTAGO permaneceu sem alteração.

- g) **Patrimônio Líquido ou capital próprio** - representa os valores que os sócios ou acionistas têm na empresa em um determinado momento. No balanço patrimonial, a diferença entre o valor do ativos e dos passivos representa o Patrimônio Líquido, que é o valor contábil devido pela pessoa jurídica aos sócios ou acionistas, baseado no Princípio da Entidade. É composto das contas: - CAPITAL, RESULTADOS ACUMULADOS e RESERVAS DE CAPITAL, conforme a seguir:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Valores em R\$.		
Descrição	2013	2012	2011
Capital Subscrito			
- Capital social Integralizado	41.450.814,68	41.450.814,68	41.450.814,68
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-40.240.200,84	-40.240.200,84	-40.240.200,84
Reservas de Capital	3.006,14	3.006,14	3.006,14
total da conta Patrimônio Líquido	1.213.619,98	1.213.619,98	1.213.619,98

Do resultado do Exercício – Nos exercícios de 2013 e 2012 não houve movimentação financeira e nem contábil.

Nota 4 – DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PREJUÍZO ACUMULADO

Demonstra a evolução dos prejuízos que a Companhia vem acumulando nos últimos anos:



Saldo em 31/12/2011	R\$. 40.240.200,84
Resultado em 31/12/2012	R\$. 0,00
Resultado em 31/12/2013	R\$. 0,00
Saldo prejuízo acumulado	R\$. 40.240.200,84

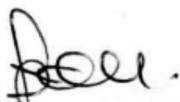
NOTA 5 - NOTA DE ÊNFASE

Nos exercícios de 2015 e 2014 a Companhia mantém-se inativa, de forma que não houve registros contábeis. Ressalta-se, porém que os acionistas até a presente data não apresentaram nenhum plano de ação para a retomada das principais atividades da Companhia que é a criação e produção de gado.

NOTA 6 – TERMO DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis dos exercícios de 2013 e 2012 da GRANVALE – CIA AGROPECUÁRIA DO GRANDE VALE foram aprovadas e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades anônimas, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade, com a Lei 6.404/76 e suas atualizações.

Recife, 30 de abril de 2022.



Joacir Fonseca Soares Júnior
Diretor Presidente
CPF 334.975.084-20



Alba Lúcia Araújo Pereira de Figueiredo
CRC/PE 014883/O-9
CPF 135.784.054-34

CNPJ: 09.793.167/0001-21
Consolidação: Empresa

	12/2013	12/2012
Saldo inicial de prejuízos acumulados	-40.240.200,84	-40.240.200,84
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Saldo ajustado	-40.240.200,84	-40.240.200,84
Reversão de reservas	0,00	0,00
Lucro líquido do exercício	0,00	0,00
Destinação do lucro	0,00	0,00
Saldo final de prejuízos acumulados	-40.240.200,84	-40.240.200,84
Dividendos por ação do capital social	0,00	0,00


JOACIR FONSECA SOARES JÚNIOR
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 334.975.084-20


ALBA LUCIA ARAUJO PEREIRA DE FIGUEIREDO
CONTADORA
CRC 014883/O-9



João Valério de Moura Filho

Auditor Independente

2.1- PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

A

GRANVALE - CIA AGROPECUÁRIA DO GRANDE VALE

Recife - PE.

Ilm^{os}. Srs. Acionistas e Administradores

Examinamos as demonstrações contábeis da **GRANVALE - CIA AGROPECUÁRIA DO GRANDE VALE**, que compreendem os balanços levantados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **GRANVALE - CIA AGROPECUÁRIA DO GRANDE VALE** em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião Com Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas conforme informações a seguir:

a) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 03 letra C a empresa possui um saldo de debêntures simples inconversíveis e conversíveis BNB/Finor no valor de R\$ 625.372,67, desde o exercício encerrado do período de 31.12.2007 a 31.12.2013, sem os ajustes dos encargos financeiros, conforme aditivos contratuais e posição da carteira do BNB/Finor até a data do nosso parecer.

b) Não foi atualizado o saldo de R\$ 7.267.657,17 dos financiamentos BNB/FNE para efeito de ajuste ao valor presente até a data do nosso parecer, no forma do CPC 12 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outros assuntos

As Demonstrações Contábeis relativas ao Exercício findo em 31/12/2011, apresentados para fins de comparação, foi por nós Auditado com Parecer datado de 31 de Maio de 2022 apresentados de forma conjunta com as Demonstrações Financeiras de 2011, 2012 e 2013, foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil cuja apresentação e requerida pela Legislação Societária Brasileira e, em nossa opinião estão adequadamente apresentados.

Ênfase

a) Com relação as normas do Comitê de Pronunciamento Contábeis CPC's que foram publicadas e obrigatórias para os exercícios 2013, 2012 e 2011, em virtude do processo de convergência das Normas Contábeis Brasileiras com as Normas Internacionais, a entidade avaliou que tais fatos não representaram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis dos exercícios de 2013/2012/2011. Exceto quanto a Resolução 1.263/09 ITG 10, CPC 01 e 27 para efeito da primeira revisão periódica dos ativos imobilizados depreciação acumuladas e o "Impairment". Para avaliar o valor do ativo imobilizado ao preço justo de mercado, e examinar o grau de recuperabilidade dos bens. Resolução 1.281/10 cuja adoção inicial foi a partir de



João Valério de Moura Filho

Auditor Independente

2010, a administração da sociedade ainda não avaliou se existe no ativo imobilizado, bens ou conjunto de bens de valores relevantes em termos de provável geração de caixa, que apresentem valor contábil inferior ou superior ao seu valor justo do mercado. b) Com relação as debêntures simples e conversíveis Lei 8.167/91, BNB FINOR conforme mencionado na Nota Explicativa nº 03 letra C, a empresa possui um saldo de 31.12.2002 a 31.12.2013, sem atualização dos acréscimos financeiros do período, de acordo com a carteira do BNB FINOR, sendo acompanhado pela administração da Sociedade e encontra-se sub judice em virtude de ação monitoria de cobrança autor BNB/FINOR até a data do nosso Parecer não houve desfecho final do processo. c) A empresa encontra-se com sua atividade operacional, até a data do nosso parecer paralisada e sem plano de ação de sua administração para reiniciar as atividades produtivas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis/financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as



João Valério de Moura Filho

Auditor Independente

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife (PE), 31 de Maio de 2022.

J.V.M AUDITOR INDEPENDENTE

CEI 0155-0

João Valério de Moura Filho

Contador CRC 6722-PE

CIC 141.829.124-20

JVM

